

Gestão 2022-2024

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Paulo César Zeni
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo
Romão Avila Milhan Junior
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Renzo Siufi
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Camila Augusta Calarge Doreto
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª a 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br



PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

RESOLUÇÃO Nº 43/2023-PGJ, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2023.

Disciplina o encaminhamento do procedimento de investigação criminal (PIC) e de quaisquer outros procedimentos investigatórios de natureza criminal, assim como a homologação e a revisão da decisão de seu arquivamento.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no exercício das atribuições dispostas no art. 7º, incisos V e XII, alíneas “d” e “e”, da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019, deu nova redação ao art. 28 do Código de Processo Penal (CPP), estabelecendo que a decisão de arquivamento do inquérito policial ou de quaisquer elementos informativos da mesma natureza será submetida à instância de revisão ministerial para fins de homologação, na forma da lei;

CONSIDERANDO que o art. 10, inciso IX, alínea “d”, da Lei Federal nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, bem como o art. 7º, inciso XII, alínea “d”, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994 estabelecem competir ao Procurador-Geral de Justiça designar membros do Ministério Público para oferecer denúncia nas hipóteses de não confirmação de arquivamento de inquérito policial, bem como de quaisquer peças de informações;

CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar a comunicação da vítima, do investigado e da autoridade policial sobre o arquivamento do inquérito policial ou de quaisquer elementos informativos da mesma natureza;

CONSIDERANDO a possibilidade de interposição de recurso pela vítima, ou por seu representante legal, no prazo de 30 (trinta) dias, em caso de não concordância com o arquivamento do inquérito policial ou de quaisquer elementos informativos da mesma natureza;

CONSIDERANDO o recebimento do expediente oriundo do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPGE), que, em 27 de setembro de 2023, apresentou comunicado, não vinculativo, sobre os procedimentos a ser adotados pelos membros do Ministério Público, para cumprimento do determinado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) nºs 6.298, 6.299, 6.300 e 6.305;

CONSIDERANDO que o STF, no julgamento das referidas ADIs, entendeu, conforme a ata de julgamento publicada em 1º de setembro de 2023: a) “Por unanimidade, atribuir interpretação conforme aos incisos IV, VIII e IX do art. 3º-B do CPP, incluídos pela Lei nº 13.964/2019, para que todos os atos praticados pelo Ministério Público como condutor de investigação penal se submetam ao controle judicial (HC 89.837/DF, Rel. Min. Celso de Mello) e fixar o prazo de até 90 (noventa) dias, contados da publicação da ata do julgamento, para os representantes do Ministério Público encaminharem, sob pena de nulidade, todos os PIC e outros procedimentos de investigação criminal, mesmo que tenham outra denominação, ao respectivo juiz natural, independentemente de o juiz das garantias já ter sido implementado na respectiva jurisdição” (item 4); b) “Por maioria, atribuir interpretação conforme ao caput do art. 28 do CPP, alterado pela Lei nº 13.964/2019, para assentar que, ao se manifestar pelo arquivamento do inquérito policial ou de qualquer elementos informativos da mesma natureza, órgão do Ministério Público submeterá sua manifestação ao juiz competente e comunicará à vítima, ao investigado e à autoridade policial, podendo encaminhar os autos para o Procurador-Geral ou para a instância de revisão ministerial, quando houver, para fins de homologação, na forma da lei, vencido, em parte, o Ministro Alexandre de Moraes, que incluía a revisão automática em outras hipóteses” (item 20); c) “Por unanimidade, atribuir interpretação conforme ao § 1º do art. 28 do CPP, incluído pela Lei nº 13.964/2019, para assentar que, além da vítima ou de seu representante legal, a autoridade judicial competente também poderá submeter a matéria à revisão da instância competente do órgão ministerial, caso verifique patente ilegalidade ou teratologia no ato do arquivamento” (item 21);

CONSIDERANDO que a eficácia das decisões proferidas em sede de controle concentrado de constitucionalidade ocorre a partir da publicação da ata de julgamento, na esteira do Agravo em Recurso Extraordinário



(ARE) nº 1.330.184 AgR-terceiro/PE, da Primeira Turma do STF, de relatoria do Ministro Dias Toffoli, julgado em 3 de outubro de 2022 e publicado em 28 de novembro de 2022;

CONSIDERANDO que a decisão tem caráter vinculante e a omissão no cumprimento da referida determinação pode ensejar a alegação ou o reconhecimento de nulidade das investigações;

CONSIDERANDO a necessidade de desenvolver atividade coordenada, uniforme e tempestiva quanto ao encaminhamento ao Poder Judiciário dos procedimentos investigatórios criminais conduzidos pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul,

RESOLVE:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º Esta Resolução disciplina o procedimento de encaminhamento dos procedimentos investigatórios criminais (PICs) e de quaisquer outros procedimentos investigatórios de natureza criminal ao Juiz natural competente, assim como a homologação ou revisão da decisão de arquivamento do PIC, do inquérito policial ou de qualquer outro elemento informativo da mesma natureza, nos termos dos arts. 3º-B, incisos IV, VIII e IX, e 28 do Código de Processo Penal (CPP).

Art. 2º Os membros do Ministério Público responsáveis pela presidência de PICs e de quaisquer outros procedimentos investigatórios de natureza criminal deverão obrigatoriamente promover o seu encaminhamento ao Juiz natural competente.

§ 1º Não se submetem à obrigatoriedade de remessa ao Poder Judiciário as notícias de fato de natureza criminal, considerando que não são procedimentos e não possuem natureza investigatória.

§ 2º Os procedimentos investigatórios que tramitem sem decretação de sigilo devem ser distribuídos ao Juiz natural competente.

§ 3º Os procedimentos investigatórios que tramitem com decretação de sigilo devem ser distribuídos ao Juiz natural competente, devendo tal circunstância ser expressamente indicada na petição de encaminhamento.

§ 4º A comprovação da comunicação ao Poder Judiciário deverá ser documentada nos autos do respectivo procedimento investigatório e o número de distribuição judicial deverá ser consignado nos registros eletrônicos do Ministério Público.

§ 5º A remessa de todos os PICs em andamento deverá ser feita, ainda que seu objeto já tenha sido levado ao conhecimento do Poder Judiciário para análise de eventual medida cautelar necessária à investigação ou para simples autorização.

§ 6º A comunicação da instauração de PIC ao juízo competente deve ser realizada com a remessa da respectiva portaria de instauração e de todos os documentos que a acompanham.

§ 7º Não é necessária a comunicação ao juízo competente dos atos investigativos, sem reserva de jurisdição, realizados no PIC.

Art. 3º A distribuição eletrônica dos procedimentos investigatórios de natureza criminal ao Poder Judiciário deverá atender o fluxo constante na decisão da Corregedoria-Geral de Justiça do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul de 22 de novembro de 2023, disponível no portal eletrônico daquela instituição, de modo que o peticionamento inicial deverá ocorrer na classe 1733 – Procedimento Investigatório Criminal (PIC-MP), anotando a hipótese de sigilo, se for o caso.

Parágrafo único. Em caso de prevenção da autoridade judicial em razão de medidas cautelares prévias, o órgão do Ministério Público deverá fazer uma petição indicando o juízo prevento e, após a respectiva distribuição pelo Cartório Judicial, fará o peticionamento do procedimento investigatório de natureza criminal.

CAPÍTULO II DA HOMOLOGAÇÃO E REVISÃO DA DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

Art. 4º A decisão de arquivamento do PIC, do inquérito policial ou de qualquer outro elemento informativo da mesma natureza realizado pelo membro do Ministério Público deverá ser comunicada à vítima, ao investigado e à



autoridade policial, conforme o caso, e, transcorrido o prazo recursal sem a interposição de recurso por parte da vítima, os autos serão remetidos ao Poder Judiciário, nos termos do art. 28, e seus parágrafos, do CPP.

§ 1º O arquivamento deverá abranger cada fato investigado, não se admitindo o arquivamento implícito.

§ 2º Na hipótese de arquivamento parcial, o membro do Ministério Público diligenciará a formação de autos suplementares, adotando as providências necessárias à homologação do arquivamento mediante remessa desses autos suplementares à Procuradoria-Geral de Justiça.

§ 3º O Procurador-Geral de Justiça poderá, nos termos do art. 30, inciso XIII, da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994, delegar suas funções de instância de revisão a membros do Ministério Público agregados ao gabinete.

§ 4º Nos casos de evidente extinção de punibilidade do agente, a correspondente decisão de arquivamento deverá conter pedido de declaração judicial nesse sentido, uma vez que se trata de hipótese de coisa julgada material.

Art. 5º A cientificação da vítima, do investigado e da autoridade policial sobre a decisão de arquivamento será feita pelo órgão do Ministério Público que ordenou o arquivamento e dar-se-á, preferencialmente, por meio eletrônico ou mediante contato telefônico, certificado nos autos por servidor do Ministério Público, admitindo-se, subsidiariamente, notificação pessoal ou notificação postal com aviso de recebimento ou, na hipótese de não localização nos endereços fornecidos nos autos, por publicação de extrato no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP), com as cautelas de praxe nas hipóteses de sigilo.

§ 1º A notificação eletrônica poderá ser realizada mediante endereço de *e-mail*, serviços mensageiros em redes sociais, bem como aplicativos de mensagem, como WhatsApp, Telegram, entre outros.

§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.

§ 3º A notificação regularmente cumprida será juntada aos autos.

§ 4º A comprovação da publicação do extrato será feita mediante juntada de cópia publicada no DOMP ou por certidão da sua publicação.

§ 5º No que se refere aos crimes praticados em detrimento dos Estados e Municípios, a comunicação deve ser feita à chefia do órgão a quem couber sua representação judicial, nos termos do art. 28, § 2º, do CPP.

Art. 6º Se a autoridade judiciária competente negar o arquivamento, por vislumbrar patente ilegalidade ou teratologia no ato do arquivamento, poderá submeter a matéria à revisão, ou, se houver discordância quanto à decisão de arquivamento, a vítima ou seu representante legal, nos termos do art. 28, § 1º, do CPP, poderá, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento ou da publicação da notificação, apresentar pedido de revisão da decisão, já acompanhado das respectivas razões, diretamente no órgão do Ministério Público que ordenou o arquivamento.

§ 1º O membro do Ministério Público responsável pela decisão de arquivamento, no prazo de 10 (dez) dias, analisará as razões do pedido de revisão feito pela vítima ou por seu representante legal.

§ 2º Em caso de reconsideração, dará ciência à vítima, ao investigado e à autoridade policial, caso tenha sido levada a efeito a cientificação da decisão primitiva.

§ 3º Não havendo reconsideração, os autos serão remetidos ao Procurador-Geral de Justiça, no prazo de 10 (dez) dias.

§ 4º Não se sujeitam à revisão as decisões de arquivamento de:

I – notícia de fato de natureza criminal, disciplinada pelo regramento próprio (art. 4º, VI, da Resolução nº 17/2011-PGJ, de 22 de agosto de 2011);

II – procedimentos investigativos de qualquer natureza sujeitos a ação penal privada.

Art. 7º O Procurador-Geral de Justiça, ao receber os autos com a decisão de arquivamento, antes de qualquer providência, analisará se foram cumpridas as comunicações e diligências necessárias e, em caso negativo, devolverá os autos ao órgão de origem, salvo se entender possível supri-las.

Parágrafo único. Cumpridas as formalidades, o Procurador-Geral de Justiça:

I – homologará a decisão de arquivamento, encaminhando o feito ao órgão de origem, que ficará responsável pela comunicação à vítima, conforme o art. 5º, desta Resolução, e pela remessa ao Poder Judiciário para os fins de direito;

II – determinará o prosseguimento da investigação, designando outro membro do Ministério Público para acompanhar o feito, podendo sugerir diligências;

III – designará outro membro do Ministério Público para o oferecimento de denúncia, caso não homologue a decisão de arquivamento do Promotor de Justiça natural.



Art. 8º Em se tratando de decisão de arquivamento que envolva investigado preso, o membro do Ministério Público remeterá imediatamente os autos ao juízo competente, requerendo o relaxamento ou a revogação da prisão provisória, bem como a revogação de eventuais medidas cautelares reais, se for o caso.

Parágrafo único. Devolvidos os autos pelo juízo competente, após a comunicação do arquivamento, na forma do *caput*, o membro do Ministério Público adotará as providências desta Resolução.

Art. 9º Surgindo novas provas, a decisão sobre o desarquivamento do PIC, do inquérito policial ou de qualquer outro elemento informativo da mesma natureza competirá ao órgão responsável pelo arquivamento dos autos, que diligenciará junto ao juízo competente, onde se encontram acautelados os autos, comunicando-se o Procurador-Geral de Justiça.

Art. 10. A atuação do Ministério Público no que se refere ao arquivamento do PIC, do inquérito policial ou de qualquer outro elemento informativo da mesma natureza seguirá o fluxograma constante no Anexo Único desta Resolução.

CAPÍTULO III

DO FLUXO ELETRÔNICO PARA REMESSA DOS AUTOS ao PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Art. 11. Os autos do PIC, do inquérito policial ou de qualquer outro elemento informativo da mesma natureza com promoção de arquivamento serão enviados eletronicamente pelo órgão de origem ao Procurador-Geral de Justiça, via Sistema de Automação da Justiça do Ministério Público (SAJMP), no prazo de 10 (dez) dias.

§ 1º Os autos físicos correspondentes, se for o caso, deverão permanecer sob a guarda do órgão de execução na origem, aguardando a revisão da promoção de arquivamento pela Procuradoria-Geral de Justiça.

§ 2º Homologado o arquivamento, os autos serão restituídos eletronicamente ao órgão de origem, via remessa no SAJ-MP, para que providencie:

I – a comunicação ao juízo criminal mediante entrega dos autos físicos para o devido acautelamento pela serventia judiciária nos termos do art. 47, I, “e”, do Provimento nº 70, de 9 de janeiro de 2012, da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul; e

II – a baixa do cadastro eletrônico no sistema SAJ-MP, na lotação do respectivo órgão de execução, mediante lançamento do movimento de ciência do arquivamento (código taxonômico 920155).

§ 3º Nos casos em que houver sido indeferida a homologação do arquivamento, o Procurador-Geral de Justiça designará novo membro do Ministério Público para prosseguir oficiando nos autos e determinará a remessa eletrônica do procedimento à lotação da Promotoria de Justiça de origem para as seguintes providências:

I – lançar ciência da decisão de não homologação do arquivamento; e

II – providenciar a remessa dos autos eletrônicos, assim como dos respectivos autos físicos, ao órgão de execução designado para prosseguir no caso.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. As disposições desta Resolução não se aplicam para procedimentos já arquivados antes da publicação das decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) no bojo das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) nºs 6.298, 6.299, 6.300 e 6.305.

Art. 13. As omissões e conflitos decorrentes desta Resolução serão decididos pelo Procurador-Geral de Justiça.

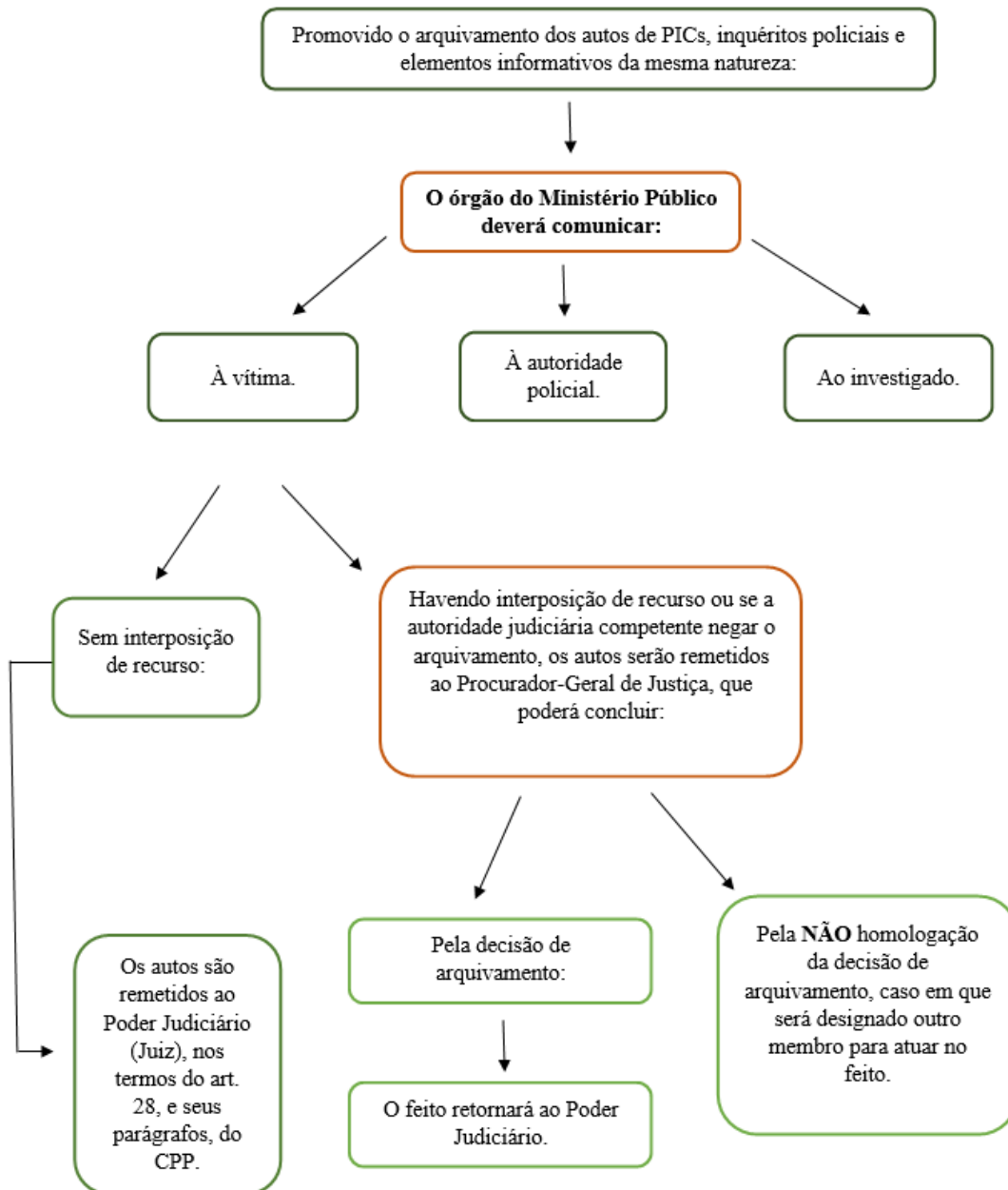
Art. 14. Fica revogada a Resolução nº 16/2020-PGJ, de 5 de maio de 2020.

Art. 15. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande-MS, 24 de novembro de 2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

ANEXO ÚNICO DA RESOLUÇÃO Nº 43/2023-PGJ, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2023.

FLUXOGRAMA A SER ADOTADO PELO MPMS NO QUE SE REFERE AO ARQUIVAMENTO DOS PICS, INQUÉRITOS POLICIAIS E ELEMENTOS INFORMATIVOS DA MESMA NATUREZA.

**PORTARIA Nº e-1254/2023/PGJ, DE 25.10.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Gerson Eduardo de Araújo, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2023/2024	10	19 a 28.2.2024	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-1255/2023/PGJ, DE 25.10.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Procurador(a) de Justiça André Antônio Camargo Lorenzoni, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2023/2024	10	8 a 17.1.2024	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-1257/2023/PGJ, DE 25.10.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Procurador(a) de Justiça Silvio Cesar Maluf, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2022/2023	10	8 a 17.1.2024	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-1258/2023/PGJ, DE 25.10.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Camila Augusta Calarge Doreto, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2023/2024	10	22 a 31.1.2024	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-1259/2023/PGJ, DE 25.10.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Fabio Ianni Goldfinger, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2023/2024	10	8 a 17.1.2024	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-1260/2023/PGJ, DE 25.10.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Leonardo Dumont Palmerston, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2023/2024	10	8 a 17.1.2024	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA Nº 6330/2023-PGJ, DE 22.11.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Patricia Alves Coutinho Lacerda, ocupante do cargo efetivo de Técnica I, símbolo MPTE-201, lotada nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designada para prestar serviços na 22ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 23ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 20.11 a 1º.12.2023, em razão de afastamento da servidora Anelita Aparecida de Figueiredo, Técnica I.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 6334/2023-PGJ, DE 23.11.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Rafael Assef Vieira, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na 3ª Promotoria de Justiça de Corumbá, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 1ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 6 a 14.11.2023, em razão de afastamento da servidora Gillielen Laura Alves Lobo Ruso, Assessora Jurídica.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 6335/2023-PGJ, DE 23.11.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Alex Yukio Toma, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Núcleo de Atendimento e Suporte no período de 22.11 a 1º.12.2023, em razão de afastamento do titular, Reginaldo da Silva Bandeira.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 6336/2023-PGJ, DE 23.11.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Lucas Fernandes Nogueira Brandolis, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício no Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado 2, Gaeco 2, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços ao Gaeco 5 nos dias 16 e 17.11.2023 e no período de 20 a 29.11.2023, em razão de afastamento do servidor Alex Augusto da Silva Graça, Assessor Jurídico.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 6337/2023-PGJ, DE 23.11.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Elisman da Costa Vargas, ocupante do cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na 1ª Promotoria de Justiça de Três Lagoas, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 2ª Promotoria de Justiça da referida Comarca nos dias 16 e 17.11.2023, em razão de afastamento do servidor Bruno Angelo Castelete, Assessor Jurídico.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 6338/2023-PGJ, DE 23.11.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Bruno Angelo Castelete, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na 2ª Promotoria de Justiça de Três Lagoas, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 1ª Promotoria de Justiça da referida Comarca nos dias 24, 27 e 28.11.2023 e no período de 18 a 26.1.2024, em razão de afastamento da servidora Elisman da Costa Vargas, Assessora Jurídica.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 6339/2023-PGJ, DE 23.11.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Alessandro Alcides Bogo, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na 31ª Promotoria de Justiça de Campo Grande, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 30ª Promotoria de Justiça da referida Comarca nos dias 16, 17 e 20.11.2023, em razão de afastamento do servidor Frank Denner Pereira Oliveira, Assessor Jurídico.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 6340/2023-PGJ, DE 23.11.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Gabriela Bernardes Lima, ocupante do cargo em comissão de Chefe do Núcleo de Obras e Serviços de Engenharia, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Divisão de Manutenção Predial e Conservação do Patrimônio nos dias 10 e 25.8.2023 e nos períodos de 22 a 24.11.2023 e de 27 a 30.11.2023, em razão de afastamento do titular, Bruno Dantas Sanchez.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

COMISSÃO DE CONCURSO**EDITAL Nº 24/2023/COC/MPMS****ORDEM DE ARGUIÇÃO – PROVAS ORAIS**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL e Presidente da Comissão do XXIX Concurso Público de Provas e Títulos para ingresso na Carreira do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, aberto pelo Edital nº 1/2022/COC/MPMS, no uso de suas atribuições legais, **DIVULGA** a ordem de arguição dos candidatos para a realização das Provas Orais, conforme sorteio realizado no dia 24.11.2023, às 14h, no edifício sede da Procuradoria-Geral de Justiça, na presença dos candidatos, com fulcro no § 5º do artigo 47 da Resolução nº 2/2022-CSMP, de 20.4.2022, nos seguintes termos:

Art. 1º Fica divulgada a ordem de arguição dos candidatos para realização das Provas Orais, que serão aplicadas nas datas e locais indicados no Edital nº 23/2023/COC/MPMS, publicado no Diário Oficial do Ministério Público nº 3.016, de 16.11.2023, por meio do **Anexo Único** deste Edital.

Art. 2º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, 24 de novembro de 2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

Presidente da Comissão de Concurso



ANEXO ÚNICO – EDITAL Nº 24/2023/COC/MPMS – ORDEM DE ARGUIÇÃO - PROVAS ORAIS

PROVA DE TRIBUNA – DIAS 27 E 28 DE NOVEMBRO DE 2023		
DIA	Nº DE ORDEM	NOME DO CANDIDATO
27.11.2023	1	Stebbin Athaides Roberto da Silva
27.11.2023	2	Kellen Laura Baltha da Silva Leitão
27.11.2023	3	Renata Teixeira de Andrade
27.11.2023	4	João Gonçalves de Souza Neto
27.11.2023	5	Felipe Rocha Vasconcellos de Freitas Pinheiro
27.11.2023	6	Gabriela Rabelo Vasconcelos
27.11.2023	7	Vitoria de Fátima Herechuk
27.11.2023	8	Guilermo Timm Rocha
28.11.2023	1	Carolina Aleixo Benetti de Oliveira Rodrigues
28.11.2023	2	Laura Assagra Rodrigues Barbosa Pimenta
28.11.2023	3	Lucas Rodrigues de Lima
28.11.2023	4	Máisa Arantes Burgos
28.11.2023	5	João Augusto Arfeli Panucci
28.11.2023	6	Felipe Blos Orsi
28.11.2023	7	Laura Alves Lagrota
28.11.2023	8	Pedro Henrique de Deus Moreira
PROVAS ORAIS – DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2023		
DIA	Nº DE ORDEM	NOME DO CANDIDATO
30.11.2023	1	Carolina Aleixo Benetti de Oliveira Rodrigues
30.11.2023	2	Guilermo Timm Rocha
30.11.2023	3	Felipe Rocha Vasconcellos de Freitas Pinheiro
30.11.2023	4	João Gonçalves de Souza Neto
30.11.2023	5	Laura Assagra Rodrigues Barbosa Pimenta
30.11.2023	6	Lucas Rodrigues de Lima
30.11.2023	7	Stebbin Athaides Roberto da Silva
30.11.2023	8	Renata Teixeira de Andrade
30.11.2023	9	João Augusto Arfeli Panucci
30.11.2023	10	Laura Alves Lagrota
30.11.2023	11	Pedro Henrique de Deus Moreira
30.11.2023	12	Kellen Laura Baltha da Silva Leitão
30.11.2023	13	Gabriela Rabelo Vasconcelos
30.11.2023	14	Vitoria de Fátima Herechuk
30.11.2023	15	Felipe Blos Orsi
30.11.2023	16	Máisa Arantes Burgos

CONSELHO SUPERIOR

PAUTA DA 22ª SESSÃO VIRTUAL DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, QUE SE INICIARÁ NO DIA 4 DE DEZEMBRO DE 2023.

1. Expedientes:

1.1. Comunicação das promoções de arquivamento de Procedimentos Administrativos, para ciência:

1. 7ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:

- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00008242-4.

**2. 34ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00003825-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004230-5.

3. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:

- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00004592-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00011153-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00007852-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00007831-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00006386-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00001191-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00003539-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000454-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00007213-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00007627-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00011837-0.

4. 26ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00007710-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00001566-4.

5. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00001399-5.

6. 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00010280-0.

7. 46ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00002797-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00002812-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00002813-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00002815-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00002831-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00003810-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00004420-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00005210-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00005238-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00005239-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00005240-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00005241-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00005802-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00008684-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00008686-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00008688-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00008691-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00008694-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00008695-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00008697-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00008698-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00008700-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00008701-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00008702-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00008705-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00009641-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00011080-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00011083-7.

**8. 33ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00010920-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00011597-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00000447-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00000448-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00001662-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00002209-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00002976-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00002996-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00004627-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00007151-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00007565-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00009211-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00009603-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00009609-5.

9. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00011143-2.

10. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00000138-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00000186-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00000191-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00002879-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00000010-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00003884-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00004370-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00002440-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00004600-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00002957-0.

11. Promotoria de Justiça da comarca de Deodápolis:

- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00010074-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00010075-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00001105-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00002666-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00006396-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00006893-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00008735-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00001105-0.

12. 28ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00007808-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00007800-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00007796-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00007751-0.

13. 32ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00009802-3.

14. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:

- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00007450-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00011335-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00003522-0.

**15. Promotoria de Justiça da comarca de Rio Negro:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00001962-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00004823-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00002949-5.

16. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:

- Procedimento Administrativo nº 09.2016.00000620-1.

17. 5ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:

- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00006284-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00003428-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00002095-9.

18. Promotoria de Justiça da comarca de Nioaque:

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00009291-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00009457-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00009746-8.

19. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:

- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00002481-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00003023-9.

20. 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:

- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00003619-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00002972-1.

21. Promotoria de Justiça da comarca de Angélica:

- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00002167-0.

22. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Jardim:

- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00000253-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00005534-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00005544-9.

23. Promotoria de Justiça da comarca de Batayporã:

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00004782-3.

24. Promotoria de Justiça da comarca de Itaquiraí:

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00009162-0.

25. Promotoria de Justiça da comarca de Itaporã:

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00012053-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00001851-7.

26. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002195-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00009599-2.

27. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Amambai:

- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00007786-5.

28. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Caarapó:

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00008983-5.

29. 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Amambai:

- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00008611-0.



- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00002922-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00002185-9.

30. 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:

- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00009306-5.

31. 4ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:

- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00003615-5.

32. Promotoria de Justiça da comarca de Iguatemi:

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00009073-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00010257-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00008656-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00002468-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00002469-0.

33. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Ivinhema:

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00010156-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00002206-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00002210-3.

34. Promotoria de Justiça da comarca de Brasilândia:

- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00006385-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00006985-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00010127-1.

35. Promotoria de Justiça da comarca de Pedro Gomes:

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00001533-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00000490-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00007973-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00010570-1.

36. Promotoria de Justiça da comarca de Sete Quedas:

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00001451-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00004928-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00009581-9.

37. 10ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00004923-9.

38. 16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004686-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000613-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00006102-9.

39. 17ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00007394-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00003020-2.

40. Promotoria de Justiça da comarca de Anastácio:

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00009940-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00003235-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00003256-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00003576-4.

**41. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Paranaíba:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00003697-7.

42. Promotoria de Justiça da comarca de Bandeirantes:

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00004446-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00001812-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00003680-4.

43. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Aquidauana:

- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00010569-0.

44. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Mundo Novo:

- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00001677-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00001680-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00004416-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00006712-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00004413-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00008045-9.

45. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia:

- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00009656-5.

46. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Cassilândia:

- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00002321-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00007349-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00004110-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00001459-0.

47. 4ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00009951-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00008498-8.

48. 7ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00007239-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00008103-6.

49. Promotoria de Justiça da comarca de Porto Murtinho:

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00010440-9.

50. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Fátima do Sul:

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00004147-3.

51. 49ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00003186-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00007652-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00007652-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00003171-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00003178-6.

52. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina:

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00012208-4.

53. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Alvorada do Sul:

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00011330-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00004806-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00009882-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00005880-2.

**54. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de São Gabriel do Oeste:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00004424-8.

55. Promotoria de Justiça da comarca de Rio Verde de Mato Grosso:

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00012379-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00000810-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00000828-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00010137-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00009952-6.

56. Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:

- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00003639-9.

57. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Rio Brillhante:

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00004038-8.

58. Promotoria de Justiça da comarca de Coronel Sapucaia:

- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00003365-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00002582-2.

1.2. Análise das prorrogações de prazo de Inquéritos Civis e Procedimentos Preparatórios, conforme o art. 122 do Regimento Interno do CSMP:**1.2.1. CONSELHEIRA IRMA VIEIRA DE SANTANA E ANZOATEGUI:****1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.000010530-1:****Promotoria de Justiça da comarca de Porto Murtinho:**

Inquérito Civil nº 06.2018.00002107-6.

Promotoria de Justiça da comarca de Deodápolis:

Inquérito Civil nº 06.2019.00000550-3.

Inquérito Civil nº 06.2021.00000736-0.

Inquérito Civil nº 06.2021.00000855-9.

Promotoria de Justiça da comarca de Sete Quedas:

Inquérito Civil nº 06.2020.00001177-1.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000646-1.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Rio Brillhante:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000796-0.

Promotoria de Justiça da comarca de Anaurilândia:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000187-0.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000762-0.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000775-3.

32ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000910-7.

76ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000921-8.

**Promotoria de Justiça da comarca de Sonora:**

Inquérito Civil nº 06.2022.00000941-8.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:

Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000357-2.

Promotoria de Justiça da comarca de Água Clara:

Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000608-0.

1.2.2. CONSELHEIRO EVALDO BORGES RODRIGUES DA COSTA:**1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.000011951-7:****11ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

Inquérito Civil nº 06.2016.00000939-7.

Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:

Inquérito Civil nº 06.2019.00000982-1.

25ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2020.00000120-7.

Promotoria de Justiça da comarca de Bandeirantes:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000771-6.

Inquérito Civil nº 06.2021.00000772-0.

32ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000847-0.

Promotoria de Justiça da comarca de Itaporã:

Inquérito Civil nº 06.2021.00001034-3.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Rio Brillhante:

Inquérito Civil nº 06.2021.00001063-2.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Chapadão do Sul:

Inquérito Civil nº 06.2021.00001073-2.

Promotoria de Justiça da comarca de Rio Negro:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000538-8.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000539-9.

Promotoria de Justiça da comarca de Itaquiraí:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000801-9.

Promotoria de Justiça da comarca de Sonora:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000939-5.

76ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2022.00001072-5.

Inquérito Civil nº 06.2022.00001079-1.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:

Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000677-0.

**25ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000752-4.

1.2.3. CONSELHEIRA MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO:**1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.000011949-4:****11ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

Inquérito Civil nº 06.2016.00001064-9.

Promotoria de Justiça da comarca de Eldorado:

Inquérito Civil nº 06.2019.00001014-0.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:

Inquérito Civil nº 06.2019.00001016-1.

Inquérito Civil nº 06.2019.00001177-1.

Inquérito Civil nº 06.2019.00001195-0.

29ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2019.00001363-6.

Promotoria de Justiça da comarca de Bandeirantes:

Inquérito Civil nº 06.2018.00003297-3.

34ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000614-0.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Chapadão do Sul:

Inquérito Civil nº 06.2021.00001075-4.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000597-7.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000777-5.

Promotoria de Justiça da comarca de Rio Negro:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000815-2.

Inquérito Civil nº 06.2018.00001485-2.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000866-3.

32ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000900-7.

Inquérito Civil nº 06.2022.00001006-9.

Promotoria de Justiça da comarca de Iguatemi:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000912-9.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Caarapó:

Inquérito Civil nº 06.2022.00001043-6.

Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:

Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000688-0.

2. Ordem do dia:**2.1. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:**

**2.1.1. RELATORA-CONSELHEIRA IRMA VIEIRA DE SANTANA E ANZOATEGUI:****1. Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000827-8 – SIGILOSO**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

2. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2023.00001574-6

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Aquidauana

Recorrentes: Valdir Benevides Gomes – ME e Ana Cristina Pires de Oliveira

Recorrido: Ministério Público Estadual

Assunto: Apurar supostas irregularidades na prestação de serviços de transporte pela empresa Expresso Colibri Ltda.

3. Inquérito Civil nº 06.2017.00000916-8

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Anaurilândia

Requerente: Município de Anaurilândia

Requeridos: Vagner Alves Guirado e Lety Obras Ltda EPP

Assunto: Apurar eventual ocorrência de ato de improbidade administrativa dos requeridos Vagner Alves Guirado e Lety Obras Ltda EPP, em virtude dos vícios administrativos diagnosticados no Processo Licitatório nº 096/2016 (Tomada de Preço nº 009/2016), consistentes na celebração de aditivo contratual, sem justificativa, bem como na realização de pagamentos sem que fossem elaborados os termos circunstanciados de recebimento provisório e definitivo e o de adequação do objeto aos termos contratuais, causando prejuízo ao erário.

4. Inquérito Civil nº 06.2022.00000019-3

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Cisalpina Empreendimentos e Participações LTDA.

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 211,04 hectares de vegetação nativa, integrante do bioma Mata Atlântica, na Fazenda Morro Vermelho e Pântano – Gleba A e B, em Selvíria/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico nº 352/21/NUGEO.

5. Inquérito Civil nº 06.2022.00001589-7

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Agropecuária Laudejá Ltda

Assunto: Apurar o desmatamento de 3,25 hectares de vegetação nativa de Mata Atlântica, conforme ato de infração n. 11331/2022 elaborado pela Polícia Militar Ambiental.

6. Inquérito Civil nº 06.2023.00000864-5

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Empresa Transaço Transportes Nacionais e Internacionais Ltda, Jaime Elorza Júnior e Maria dos Anjos Fernandes Elorza

Assunto: Apurar a regularização da operação da atividade de terminal modal e/ou multimodal de cargas (área útil até 10.000m²) pela empresa Transaço Transportes Nacionais e Internacionais Ltda. (CNPJ 03.835.426/0003-15), representada pelos sócios Jaime Elorza Junior e Maria dos Anjos Fernandes Elorza, no município de Ladário/MS.

2.1.2. RELATOR-CONSELHEIRO ANTÔNIO SIUFI NETO:**1. Inquérito Civil nº 06.2021.00001309-5 – SIGILOSO**

1ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Coxim

2. Inquérito Civil nº 06.2023.00000512-6

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Jaime Pedro Gomes

Assunto: Apurar a não paralisação de supressão vegetal na coordenada UTM 21S 584093, 7653426; bem como a não adoção das medidas recomendadas perante o órgão ambiental competente, em descumprimento à notificação nº 005046/2022, no Assentamento Palmeira – Lote 104, em Nioaque/MS, conforme o Auto de Infração nº 011777/2023, Laudo de Constatação nº 015144/2023 e Manifestação Técnica IMASUL nº 10/2023.

**2.1.3. RELATOR-CONSELHEIRO EVALDO BORGES RODRIGUES DA COSTA:****1. Inquérito Civil nº 06.2019.00000441-5**

1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual demora demasiada no atendimento aos usuários SUS que necessitem de especialista na área de endocrinologia no Município de Dourados.

2. Inquérito Civil nº 06.2021.00000578-4

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerida: Secretaria Municipal de Saúde.

Assunto: Apurar eventual irregularidade na aquisição de 3 (três) veículos seminovos para atender a Secretaria Municipal de Educação de Nova Andradina/MS.

3. Inquérito Civil nº 06.2023.00000836-7

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Maracaju

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a notícia da ocorrência de ilegalidade, decorrente da nomeação de advogado para o exercício do cargo de Diretor Executivo do Procon de Maracaju/MS.

4. Inquérito Civil nº 06.2022.00000259-1

42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Ellen Lyz Trochmann Portugal, Erika May Trochman, Rose May Donson Trochmann e Trochman & Trochman. Ltda. – ME

Assunto: Apurar a regularidade do imóvel rural denominado Fazenda Santa Therezinha, matrícula 3.916 CRI 1ª Circunscrição, e a recomposição do dano ambiental causado em 0,97 hectares de Reserva Legal decorrente de desmatamento ocorrido na referida propriedade localizada em Campo Grande/MS, com área total de 400 hectares e inscrita no CARMS n. 0026753.

2.1.4. RELATORA-CONSELHEIRA ARIADNE DE FÁTIMA CANTÚ DA SILVA:**1. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2023.00002025-0 – SIGILOS**

5ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Corumbá

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00003527-0 – SIGILOS

4ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Três Lagoas

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00002287-5 – SIGILOS

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Brilhante

4. Inquérito Civil nº 06.2021.00000969-1 – SIGILOS

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Aparecida do Taboado

2.1.5. RELATOR-CONSELHEIRO ADHEMAR MOMBRUM DE CARVALHO NETO:**1. Inquérito Civil nº 06.2021.00001295-2**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Mundo Novo

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Alvor Junior de Lima

Assunto: Apurar irregularidade jurídica ambiental referente a supressão de 1,93 hectares em área de Mata Atlântica, na Fazenda Estância Brasil, em Japorã, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 54/21/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

2. Inquérito Civil nº 06.2022.00000077-1

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual



Requerida: Maria Lúcia Rossi Perlin

Assunto: Apurar a supressão de vegetação em área de reserva legal, conforme relatório de fiscalização Ambiental n. 080 4ªCIA/CPMA/2021, ocorrida na Fazenda Novo Horizonte II.

3. Inquérito Civil nº 06.2022.00000490-1

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Brilhante

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Paulo Henrique Barbosa Ceolin

Assunto: Apurar a ocorrência de desmate ilegal na propriedade denominada Fazenda Panorama, localizada em Rio Brilhante/MS, conforme laudo técnico elaborado pelo NUGEO (Programa DNA Ambiental).

Advogada: Renata Garcia Ceolin – OAB/MS nº 15.251.

4. Inquérito Civil nº 06.2022.00000275-8

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Brilhante

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridas: Daiane Schmidt de Azambuja e Adriana Barbosa Correa de Oliveira

Assunto: Apurar irregularidades referentes à lotação no âmbito do Poder Executivo Municipal de Rio Brilhante/MS.

2.1.6. RELATORA-CONSELHEIRA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:

1. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2023.00006887-7

76ª Promotoria de Justiça da Saúde da comarca de Campo Grande

Recorrente: Danilo Vaz Marques

Recorrido: Ministério Público Estadual

Assunto: Averiguar indisponibilidade do medicamento mepolizumabe na Casa da Saúde.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00003276-2

Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Itaporã

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade/ineficiência no funcionamento da Central de Regulação de vagas do Complexo Regulador Estadual, diante da mórula na transferência dos pacientes na área de trauma/ortopedia em situações emergenciais/prementes, cujo atendimento inicial se dá no Hospital Municipal de Itaporã Lourival Nascimento.

3. Inquérito Civil nº 06.2021.00001258-5

76ª Promotoria de Justiça da Saúde da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido(a): Secretaria Municipal de Saúde

Assunto: Apurar as medidas adotadas pela SESAUI para corrigir as irregularidades sanitárias e estruturais apontadas pelo Relatório de Fiscalização realizado pela Câmara Municipal na UBS Nova Esperança.

4. Inquérito Civil nº 06.2022.00000003-8

49ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público, das Fundações e Entidades de Interesse Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a ocorrência de irregularidades no âmbito da Associação de Mulheres de Mato Grosso do Sul AMMAS.

5. Inquérito Civil nº 06.2020.00000122-9

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Silvio Rosa da Silva

Assunto: Apurar o desmatamento de 87,39 hectares de vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, na propriedade rural “Fazenda Santa Amélia” (CAR/MS nº 7.706), de propriedade de Silvio Rosa da Silva, no município de Bonito/MS, sem autorização de autoridade ambiental competente, conforme Parecer nº 123/19/CEIPPAM.

Advogado: Luiz Eduardo de Sant'Ana Custódio – OAB/SP nº 252.338.

**6. Inquérito Civil nº 06.2021.00001238-5 – SIGILOSO**

Promotoria de Justiça Patrimônio Público e Social da comarca de Pedro Gomes

7. Inquérito Civil nº 06.2022.00000996-2

67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Telefônica Brasil S.A.

Assunto: Apurar a ocorrência de danos efetivos ou potenciais a direitos ou interesses coletivos e colher subsídios para atuação do Ministério Público na Ação Civil Pública nº 083892-28.2022.8.12.0001 (MP nº 08.2022.00144575-3), ajuizada pela Associação de Defesa do Consumidor de Mato Grosso do Sul ADECON-MS, com relação a Requerida VIVO/SA.

Advogados: Daniel Willian Granado – OAB/SP nº 271.203 e Camila Benatti Teixeira – OAB/SP nº 260.319.

8. Inquérito Civil nº 06.2023.00000555-9

34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande/MS

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido(s): A apurar

Assunto: Apurar o adequado exercício do poder de polícia administrativo pelo Município em relação a possível descumprimento da legislação ambiental, decorrente da prática de poluição sonora e demais algazarras no exercício de sua atividade pelo empreendimento “Bar do Zé”.

9. Inquérito Civil nº 06.2022.00000996-2

67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a ocorrência de danos efetivos ou potenciais a direitos ou interesses coletivos e colher subsídios para atuação do Ministério Público na Ação Civil Pública nº 083892-28.2022.8.12.0001 (MP nº 08.2022.00144575-3), ajuizada pela Associação de Defesa do Consumidor de Mato Grosso do Sul ADECON-MS, com relação a Requerida VIVO/SA.

Advogados: Daniel Willian Granado – OAB/SP nº 271.203 e Camila Benatti Teixeira – OAB/SP nº 260.319.

2.1.7. RELATORA-CONSELHEIRA MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO:**1. Inquérito Civil nº 06.2019.00001866-4**

49ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público, das Fundações e Entidades de Interesse Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Associação da Feira Central, Cultural e Turística de Campo Grande/MS

Assunto: Apurar as prestações de contas referentes aos Termos de Permissão de Uso assinados entre os anos de 2012 a 2019, em especial, no tocante à previsão de destinação de 40% (quarenta por cento) do montante líquido arrecadado com a cobrança do estacionamento para execução de obras/benfeitorias/serviços e manutenção da Feira Central.

2. Inquérito Civil nº 06.2019.00001131-6 – SIGILOSO

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Deodápolis

3. Inquérito Civil nº 06.2022.00000033-8

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Água Clara

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Lídia Regina Massi Sérió

Assunto: Apurar irregularidade jurídica ambiental referente à supressão de 6,25 hectares em área remanescente de vegetação nativa, na Fazenda Tangará, em Água Clara, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 328/21/NUGEO (Programa DNA Ambiental)

4. Inquérito Civil nº 06.2022.00000685-4

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual



Requerido: Rafael Luiz Braga

Assunto: Adotar providências ante o recebimento do Auto de Infração n. 009839/2022, que consta infração ambiental em Parte da Fazenda Rio Formoso (CARMS0078977).

5. Inquérito Civil nº 06.2018.00002268-6

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Landmark Ferreira Rios e outros

Assunto: Apurar notícia indicativa de fraude na execução do contrato decorrente do pregão presencial 076/2017, do Município de Dourados que teve por objeto a “contratação de empresa sem fins lucrativos, para prestação serviços de aprendizagem cultural, desenvolvidas através de oficinas específicas, objetivando atender a Secretaria Municipal de Assistência Social.

2.1.8. RELATORA-CONSELHEIRA FILOMENA APARECIDA DEPÓLITO FLUMINHAN:

1. Inquérito Civil nº 06.2017.00000471-8

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Fátima do Sul

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerida: Câmara Municipal de Vicentina

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa praticado pelo gestor da Câmara Municipal de Vicentina, ante a informação da existência de servidores públicos ocupando de cargos em comissão alheios às funções de direção, chefia ou assessoramento.

2. Inquérito Civil nº 06.2019.00001536-7

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Guilherme Miguel Poli e Cristian dos Reis

Assunto: Apurar os danos ambientais causados pelos veículos que participaram do evento automobilístico "Bonito na trilha 2019".

3. Inquérito Civil nº 06.2022.00001024-7

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Iguatemi

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Pedro Confessor Gomes

Assunto: Apurar possível dano ambiental decorrente do descarte incorreto de 160 (cento e sessenta) tambores de produtos tóxicos utilizados para tratamento químico de madeira, na propriedade da "Madeireira Pau Brasil" situada às margens do Córrego Sacarón, no município de Iguatemi/MS, conforme Relatórios de Fiscalização Ambiental n. 053/3ºGPMA/2022 e Auto de Infração Imasul n. 3712.

4. Inquérito Civil nº 06.2023.00001028-4

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas

Requerente: Rodrigo Coelho

Requerido: Gumas Bar, Luciano Oliveira Lima

Assunto: Apurar dano ambiental decorrente de perturbação do sossego, caracterizada por aparelhos sonoros com volume excessivo advindo do empreendimento denominado Gumas Bar, em Três Lagoas/MS.

2.1.9. RELATOR-CONSELHEIRO ROGÉRIO AUGUSTO CALÁBRIA DE ARAÚJO:

1. Inquérito Civil nº 06.2018.00000217-9

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Brillante

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual prática de ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário e viola os Princípios da Administração Pública, consistente na frustração do caráter competitivo de licitação, mediante direcionamento do certame, com possível conluio entre os supostos participantes e agentes administrativos a serem identificados.

**2. Inquérito Civil nº 06.2018.00002296-4**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Fátima do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Silvio Roberto Brigatti Dias e Fabiano Nunes De Oliveira

Assunto: Apurar eventual irregularidade na aquisição/utilização de cascalho irregular pelo Município de Vicentina/MS.

Advogado: Alberi Rafael Dehn Ramos – OAB/MS nº 15.031.

3. Inquérito Civil nº 06.2021.00000376-4

34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Marcio Rosa Dias, Cleiton Sousa de Matos, Francisco Antonio Rodrigues Macieira e Gilmar Jose Costa

Assunto: Apurar a ocorrência de possível risco ao tráfego causado por animais soltos às margens da rodovia BR 262, região próxima ao anel viário.

Advogada: Rachel Correia Porto Papandreu – OAB/MS nº 16.542.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA FINAL****CAMPO GRANDE****EDITAL N. 023/2023/76PJ/CGR**

A 76.ª Promotoria de Justiça de Saúde Pública da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a conversão de Notícia de Fato em Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, nº 180, Chácara Cachoeira.

Os autos do referido procedimento poderão ser acessados via internet, no endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

INQUÉRITO CIVIL 06.2023.00001300-4

REQUERENTE: Ministério Público Estadual;

REQUERIDO: Secretaria Municipal de Saúde;

OBJETO: *Apurar a regularidade na prestação dos serviços de saúde no CAPS INFANTO JUVENIL III Doutor Samuel Chaia Jacob.*

Campo Grande, MS, 24 de novembro de 2023.

DANIELA CRISTINA GUIOTTI

Promotora de Justiça



PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

AQUIDAUANA

EDITAL N.º 029/2023-1ªPJCA

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Aquidauana – MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo n. 09.2023.00011920-6 - 1ªPJCA. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>. Contato (67) 2020-9318.

Procedimento Administrativo nº 09.2023.00011920-6 – 1ªPJCA

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: RNC Participações e Investimentos Ltda., Sandro Aurélio Hey e Jeanne Henriette Noordefraaf Hey

Assunto: Acompanhar o TAC firmado nos autos de IC 06.2023.00000547-0

Aquidauana - MS, 24 de novembro de 2023.

ANGÉLICA DE ANDRADE ARRUDA

1ª Promotora de Justiça

EXTRATO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA***Inquérito Civil nº 06.2023.00000547-0***

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Aquidauana – MS (Meio Ambiente) torna público o Extrato de Compromisso de Ajustamento de Conduta celebrado entre as partes abaixo elencadas. Contato (67) 2020-9318. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000547-0

Compromitente: Ministério Público Estadual

Compromissários: RNC Participações e Investimentos Ltda., Sandro Aurélio Hey e Jeanne Henriette Noordefraaf Hey

Objeto: Apresentar PRADE protocolado no IMASUL e Indenização pecuniária

Aquidauana - MS, 24 de novembro de 2023.

ANGÉLICA DE ANDRADE ARRUDA

1ª Promotora de Justiça

BANDEIRANTES

EDITAL N. 0022/2023/PJ/BND

Inquérito Civil n. 06.2023.00001107-2

A 1ª Promotoria de Justiça de Bandeirantes da Comarca de Bandeirantes, torna pública a instauração de Inquérito Civil abaixo relacionado, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Francisco Antônio de Souza, 1460 - Centro - 79430-000 - Bandeirantes, bem como sua pesquisa está disponível no sítio <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil n. 06.2023.00001107-2

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Jair Gomes de Oliveira e Maria Aparecida Ortiz de Oliveira

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 2,43 hectares em área declarada como remanescente de vegetação nativa, na Fazenda Mimosal, em Bandeirantes/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico nº 369/23/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

Bandeirantes, 24/11/2023

GUSTAVO HENRIQUE BERTOCCO DE SOUZA

Promotor de Justiça

**EDITAL N. 0023/2023/PJ/BNB**

Inquérito Civil n. 06.2023.00001240-5

A 1ª Promotoria de Justiça de Bandeirantes da Comarca de Bandeirantes, torna pública a instauração de Inquérito Civil abaixo relacionado, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Francisco Antônio de Souza, 1460 - Centro - 79430-000 - Bandeirantes, bem como sua pesquisa está disponível no sítio <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil n. 06.2023.00001240-5

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: José Roberto Milani

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 13,94 hectares em área declarada como consolidada, a qual encontrava-se em regeneração natural há pelo menos 24 anos, na Fazenda Irmã Laurinda, em Jaraguari/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico nº 239/23/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

Bandeirantes, 24/11/2023

GUSTAVO HENRIQUE BERTOCCO DE SOUZA

Promotor de Justiça

MIRANDA

EDITAL Nº 028/2023

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Miranda/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua General Amaro Bittencourt, n.º 935, Centro - CEP: 79380-000, Miranda/MS. Telefone: (67) 3242-1452.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000606-9

Representante: Ministério Público Estadual

Requerido: Américo Justino Fonseca

Assunto: “Apurar o desmatamento, possivelmente ilegal, de 0,53 hectares sobre área declarada como Reserva Legal e Área de Preservação Permanente, realizado sem autorização da autoridade ambiental competente, na Fazenda Imbauval – Parte, em Miranda/MS, conforme Laudo Técnico nº 282/23/NUGEO (Programa DNA Ambiental)”

Miranda/MS, 24 de novembro de 2023.

CÍNTIA GISELLE GONÇALVES LATORRACA

Promotora de Justiça

EDITAL Nº 029/2023

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Miranda/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua General Amaro Bittencourt, n.º 935, Centro - CEP: 79380-000, Miranda/MS. Telefone: (67) 3242-1452.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000977-7

Representante: Ministério Público Estadual

Requerido: Conceição Assis Souza de Carvalho

Assunto: “Apurar a regularidade jurídico-ambiental de instalação e construção de um quiosque em Área de Preservação Permanente do córrego Cascavel, bem como a construção a beira do córrego de estruturas e/ou decks e passarelas com até 03 (três) metros em Área de Preservação Permanente, na Chácara Recanto do Kinka's, em Bodoquena/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração nº 012713/2023 e Parecer Técnico nº 39/2023 (Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul -IMASUL).”

Miranda/MS, 24 de novembro de 2023.

CÍNTIA GISELLE GONÇALVES LATORRACA

Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 030/2023**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Miranda/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua General Amaro Bittencourt, n.º 935, Centro - CEP: 79380-000, Miranda/MS. Telefone: (67) 3242-1452.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000979-9

Representante: Ministério Público Estadual

Requerido: Cícero Félix da Silva

Assunto: “Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 0,63 hectares de vegetação nativa em área de Reserva Legal, no Assentamento Tupambaê - Lote 78, em Miranda/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração n. 012227/2023 e Laudo de Constatação n. 015652/2023”.

Miranda/MS, 24 de novembro de 2023.

CÍNTIA GISELLE GONÇALVES LATORRACA

Promotora de Justiça

EDITAL Nº 031/2023

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Miranda/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua General Amaro Bittencourt, n.º 935, Centro - CEP: 79380-000, Miranda/MS. Telefone: (67) 3242-1452.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000994-4

Representante: Ministério Público Estadual

Requerido: Djalma Verissimo de Souza

Assunto: “Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 1,22 hectares em área de Reserva Legal e 0,56 hectares fora da área de Reserva Legal, no Assentamento Tupambaê - Lote 64, em Miranda/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração n. 012228/2023 e Laudo de Constatação n. 015653/2023.”

Miranda/MS, 24 de novembro de 2023.

CÍNTIA GISELLE GONÇALVES LATORRACA

Promotora de Justiça

EDITAL Nº 032/2023

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Miranda/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua General Amaro Bittencourt, n.º 935, Centro - CEP: 79380-000, Miranda/MS. Telefone: (67) 3242-1452.

Inquérito Civil nº 06.2023.00001236-0

Representante: Ministério Público Estadual

Requerido: Benedito de Oliveira Filho

Assunto: “Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 9,38 e 4,58 hectares, em área declarada como Remanescente de Vegetação Nativa, Preservação Permanente e Área Consolidada em regeneração natural há pelo menos 10 anos, integrante do Bioma Mata Atlântica, na Fazenda Chão Preto, em Bodoquena/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 162/23 e Laudo Técnico Complementar n. 319/23/NUGEO.”

Miranda/MS, 24 de novembro de 2023.

CÍNTIA GISELLE GONÇALVES LATORRACA

Promotora de Justiça

**TRÊS LAGOAS**

EDITAL Nº 06.2023.00001316-0

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Três Lagoas-MS torna pública a instauração do presente Inquérito Civil, abaixo especificado, o qual poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Elvirio Mário Mancini, nº 860, Centro, em Três Lagoas-MS, Ministério Público Estadual.

Inquérito Civil nº 06.2023.00001316-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Eduardo Esterlai Durão

Assunto: “Apurar possível dano ambiental decorrente de manutenção e trânsito de animais de criação (bovinos) em área de vegetação nativa secundária (regenerada), tratando-se esta de Reserva Legal de área com regime especial de preservação da vegetação, na altura do ponto de coordenadas 20°14'23.39"S - 51°35'36.64"O.”

Três Lagoas, 23 de novembro de 2023.

ANTONIO CARLOS GARCIA DE OLIVEIRA

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 06.2023.00001317-0

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Três Lagoas-MS torna pública a instauração do presente Inquérito Civil, abaixo especificado, o qual poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Elvirio Mário Mancini, nº 860, Centro, em Três Lagoas-MS, Ministério Público Estadual.

Inquérito Civil nº 06.2023.00001317-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Maria de Lourdes Silvestre da Silva

Assunto: “Apurar possível dano ambiental decorrente de desmatamento ilegal (supressão vegetal) de 7,15 ha em área abrangida pelos Lotes 78 e 79 do Assentamento São Joaquim, localizado no município de Selvíria/MS.”

Três Lagoas, 23 de novembro de 2023.

ANTONIO CARLOS GARCIA DE OLIVEIRA

Promotor de Justiça